



ENTRE O POLÍTICO E O FOLCLORISTA:

memória e história sobre Amadeu Amaral

Ms. Leonardo da Costa Ferreira
Professor da rede pública de ensino da Prefeitura e Governo do
Estado do Rio de Janeiro
E-mail: lucnardo@ig.com.br

RESUMO

Trabalho que tem por meta ressaltar a memória do Amadeu Amaral, pesquisador de folclore investigando também o processo que resultou na desqualificação e diminuição da memória de luta política daquele personagem enquanto defensor do voto secreto, livre e universal.

Palavras-chave: Amadeu Amaral, Folclore, Memória, Política e Primeira República.

ABSTRACT

The purpose of this work is to study some memories of Amadeu Amaral as folclorist researcher, also investigating a long process which has, as result, the disqualification and diminution of his political memory as a defensor of secret, free and universal vote.

Keywords: Amadeu Amaral, Folklore, Memory, Politics e Brazilian's First Republic.

Relembrando Amadeu Amaral nos anos 50

O Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951, foi organizado por uma instituição paraestatal, a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), fundada no ano de 1947. Edson Carneiro, um dos líderes do movimento folclórico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, reconheceu em um discurso na sede daquela própria instituição que a Comissão de Folclore “Não era ainda a Sociedade Demológica imaginada por Amadeu Amaral, a sua estrutura era frouxa e maleável (...) sem exigir dos seus membros senão uma participação voluntária e gratuita nas tarefas”. (CARNEIRO, 1962, p. 51).

Em 1958, a CNFL foi substituída por uma agência governamental intitulada Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB). Essa instituição, sob o controle e liderança do comunista Edson Carneiro e do diplomata e ex-simpatizante do integralismo Renato Almeida, decidiu homenagear Amadeu Amaral conferindo à biblioteca da CDFB o seu nome. Nascia a Biblioteca Amadeu Amaral (BAA), localizada até hoje nas dependências do Museu do Folclore, que se situa no Palácio do Catete, cidade do Rio de Janeiro. A homenagem concedida pelos folcloristas da CDFB contrasta com a visão que o próprio Amadeu Amaral tinha de si mesmo, pois em discurso na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1925, proclamou:

Não sou folclorista profissional, não ando propriamente enfronhado nesta ordem de assunto, não pretendo de modo algum entrar em competência com os que nela tomaram assento e ganharam uma autoridade difícil de conquistar (FALCÃO, 1977, p.19).

Na homenagem, que não é a única realizada por aqueles folcloristas, Edson Carneiro esqueceu-se de mencionar que Amadeu Amaral relacionou, em vida, folclore com política. Amaral, por exemplo, quase sempre pesquisou assuntos relacionados sobre o folclore entre uma conferência ou campanha política de que participou.

Mas afinal, por que os folcloristas das instituições acima citadas não mencionam as campanhas políticas de Amaral? A resposta, ao longo do texto. O propósito deste artigo será mostrar um processo que, ao longo dos anos, acabou por diminuir, desqualificar ou apagar a memória de luta do Amadeu Amaral político, e ressaltar, apenas, a memória do Amaral pesquisador de folclore¹.

¹ Mapear e analisar, criticamente, diferentes construções não é tarefa fácil, pois diversas pessoas escreveram sobre Amadeu Amaral. Nesse sentido, serão de fundamental importância as declarações do jornalista Paulo Duarte (1899-1984), contemporâneo e amigo íntimo, e do também jornalista Hélio Damante (1919-2002), que era uma criança

Amadeu Amaral e a consolidação da carreira

Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Penteado² nasceu em 6 de novembro de 1875 na fazenda “São Bento da Boa Vista”, situada entre os municípios de Capivari e Monte Mor. Essas cidades do oeste paulista estão localizadas nas adjacências de Campinas, importante centro comercial e agrícola do interior de São Paulo. Morreu na cidade de São Paulo em 24 de outubro de 1929 de febre tifóide (DAMANTE, 1949, p.68).

Em 1892, com cerca de 17 anos, Amaral foi para a cidade de São Paulo, onde entrou para o jornal *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Com o apoio do jornal, Amaral publicou *Urzes* (1899), seu primeiro livro de poesia. O sucesso do livro lhe possibilitou exercer a função de secretário da Comissão Diretora do PRP durante o ano de 1905. Nesse mesmo ano, Amaral brigou com a Comissão e dela se desligou, tornando-se, com isso, seu inimigo. O próprio Duarte alerta em seu texto que Amaral jamais esclareceu o motivo dessa desavença. (DUARTE, 1948, p.11).

Após cinco anos tentando se fixar em um emprego, Amaral conseguiu se empregar, em 1910, no jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP). Após entrar para o corpo de redatores e publicar *Névoa* (1910), sua segunda coletânea de poesias, Júlio de Mesquita, dono do jornal, convidou Amaral para participar das revistas *A Vida Moderna* e *A Cigarra*. Ambas as publicações mantinham laços editoriais com o grupo jornalístico OESP. Durante toda a sua trajetória de vida, Amaral aproveitou-se da eficiente estrutura empresarial daquele grupo de empresas para conseguir novos postos de trabalho, lançar novos livros, coletar material folclórico e desenvolver contatos políticos.

Em 1917, Amadeu Amaral entrou para a Liga Nacionalista (LN) e decidiu, conforme escreve Duarte, reunir seus poemas publicados nas duas revistas citadas e lançar o livro *Espumas*, patrocinado pela *A Cigarra*. Cabe mencionar que, um ano após o lançamento do livro, morre Olavo Bilac. Novamente, segundo Duarte, não tardaria em crescer um movimento para fazer de Amadeu Amaral um imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL). A campanha foi vitoriosa, visto que o escritor conseguiu ocupar a cadeira que havia pertencido a Bilac e que tinha como patrono Gonçalves Dias. O contexto em que fora realizada a sua eleição, sua trajetória de vida e

quando Amaral faleceu, mas cujo pai – Francisco Damante — foi discípulo, em assuntos relacionados ao folclore, de Amadeu Amaral.

² O sobrenome Amaral proveio de suas avós materna e paterna (Damante, 1949, p. 68).

suas redes de sociabilidade manifestaram-se no discurso pronunciado por Carlos Magalhães de Azeredo. Esse foi o acadêmico escolhido pela ABL para saudar Amadeu Amaral como o mais novo imortal brasileiro.³

Num discurso desse tipo cabe ao acadêmico que recepciona o mais novo membro vincular a vida do escolhido com a do seu antecessor e o patrono da imortal cadeira. Cabia justamente a C.M. de Azeredo relacionar a trajetória de vida de Amaral com a de Olavo Bilac (o antecessor) e com Gonçalves Dias (o patrono). Diplomata acostumado a discutir relações internacionais que sempre envolvem questões políticas, econômicas e culturais nacionais, C.M. de Azeredo proferiu, desse modo, o seguinte discurso:

Gonçalves Dias personifica o esforço mais bem sucedido da poesia nacional para assumir a consciência de si mesma como entidade à parte, mas sem ruptura com a terra de origem, com o sistema planetário das suas tradições, antes espelhado na própria fisionomia inconfundível aos reflexos de uma grandeza universal e cósmica (AZEREDO, 1920, p. 5).

Amadeu Amaral civilista, poeta, jornalista e participante da LN tinha, realmente, algo em comum com Gonçalves Dias? Aparentemente, para C. M. de Azeredo, o que estes intelectuais tinham em comum era a busca por uma identidade, algo genuinamente e especificamente brasileiro, seja nos estudos folclóricos de Amaral ou nas pesquisas literárias e arqueológicas desenvolvidas por Gonçalves Dias. Na segunda parte de seu discurso, Azeredo procurou relacionar Amadeu Amaral com Olavo Bilac da seguinte maneira:

Olavo Bilac, encarnado, em período mais recente, e com maior complexidade estética, o mesmo duplo pendor chama a si, na última, tão fecunda e maravilhosa, fase de sua existência, a missão de um apóstolo suscitado pela revelação fulgurante dos destinos da pátria no fragor de um drama também ele universal e cósmico, o obstinado labor, cuja voz já agora não emudecerá mais na atmosfera luminosa de esperanças, ou torva de ameaças, serena de paz, ou procelosa de guerra, de esta pátria que ele amou (AZEREDO, 1920, p. 6).

Nesse fragmento fica explícito que o ponto de ligação entre esses dois intelectuais era o seu amor às coisas pátrias ou seu patriotismo. Bilac como membro organizador, fundador, ou seja, criador da idéia de uma LN. Já Amaral como membro desde o começo daquela instituição. Todavia, Amaral só iria usufruir o ambiente imortal da ABL em 1923, data em que se mudou para a então capital federal. Segundo Duarte, foi a maneira que o escritor encontrou de se afastar das ameaças que vinha sofrendo dos perrepiristas (adeptos do PRP) após ser derrotado para o

³ Carlos Magalhães de Azeredo foi acadêmico fundador da ABL e diplomata entre 1895 e 1934. (www.academia.org.br).

legislativo estadual em 1922. Nessas eleições havia saído como candidato avulso, entretanto, teve explícito apoio político da LN.

Campanhas políticas

O Partido Republicano Paulista manteve São Paulo como um Estado monopartidário desde o fim do Império até 1926, quando é fundado o Partido Democrático. O PRP contava com a mais eficaz força policial em uma área que tinha metade do tamanho do Estado de Minas Gerais. Das vinte forças policiais estaduais, o governo paulista possuía a maior e mais bem aparelhada, com um total de quatorze mil homens entre 1925 e 1926. Segundo Love, a Força Pública de São Paulo nada mais era do que um exército estadual cuja “...escala de pagamentos equivalia à do exército nacional e tinha a sua própria academia militar e contou com uma missão a partir de 1906; e na década de 1920 acrescentou artilharia e unidade aérea aos seus efetivos” (LOVE, 2004, p.57). Conforme veremos algumas páginas à frente, a utilização da Força Pública em épocas de eleições era frequente e isto afetará o próprio Amadeu Amaral.

A luta contra o situacionismo perrepista estava ancorada no jornal OESP. Esta publicação era vinculada à família Mesquita desde 1897, quando comprou a maior parte das ações dessa empresa jornalística. De acordo com Miceli, a transformação do OESP em adversário político do PRP foi possibilitada pelo êxito comercial desse órgão cuja raiz está na diversificação das atividades do grupo que “...tendo-se convertido numa facção partidária, pode assumir a liderança das sucessivas frentes de oposição ao comando perrepista” (MICELI, 1979, p.2).

Sem dúvida, o que gabaritava o jornal OESP como um grande adversário dos perrepistas era a junção de dois fatores. Primeiro, a citada força e solidez econômica do grupo jornalístico e, em segundo lugar, o seu quadro técnico e intelectual (redatores, correspondentes e jornalistas em geral). Entre os vários grupos que atuavam n’OESP, destacou-se, segundo Paulo Duarte, o grupo Estadinho ao longo das décadas de 1910 e 1920. É relevante notar que o Estadinho era o nome que Júlio de Mesquita deu à edição noturna do OESP que circulou apenas entre 1913 e 1925.

Mas quem fazia parte do Estadinho? Duarte relata que tal agrupamento de intelectuais agregava pessoas de diferentes idéias e concepções sobre política, cultura e economia. Porém, todos esses intelectuais tinham em comum a oposição aos governos do PRP, destacadamente ao

do governador Altino Arantes (1916-1920) e seu secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves.

Os principais membros do Estadinho eram:

Júlio de Mesquita Filho; Moacir Piza, que usava o pseudônimo de Antônio Paes; Ademar de Paula, o pintor; Roberto Moreira; Alexandre Marcondes Machado, o célebre Juó Bananére; o caricaturista Voltomiro: Antônio Mendonça; Antônio Figueredo; Vicente Ancona; Toledo Malta, que seria o Hilário Tácito, autor de Madame Pommeroy; Raul de Freitas; Monteiro Lobato (...) engrossado por outros mais velhos: Amadeu Amaral, Plínio Barreto e o próprio Julio de Mesquita (DUARTE, 1948, p.14).

Em julho de 1917, tempo de guerra mundial, o PRP ganhava mais um adversário político: ocorria a fundação, na Faculdade de Direito de São Paulo, da Liga Nacionalista (LN). Essa organização política era filha direta da Liga de Defesa Nacional criada, em 1916, na cidade do Rio de Janeiro por Olavo Bilac e presidida por Rui Barbosa. O Conselho Deliberativo era formado por Julio de Mesquita Filho (herdeiro d'OESP), Frederico Steidel (advogado e presidente da LN), Nestor Rangel Pestana, Plínio Barreto e Antônio Sampaio Dória (advogados e jornalistas do OESP) e médicos como Luís Pereira Barreto e Arnaldo Vieira de Carvalho (fundador da Escola Paulista de Medicina) (SKIDMORE, 1976, p.175-176).

No discurso de fundação, com a presença de Rui Barbosa e Olavo Bilac, o médico Antônio Pereira Lima lamentava que o Brasil fosse um país "...imensamente pobre no meio de suas imensas riquezas, desarmado diante o estrangeiro armado, desarticulado e disperso pelos seus vastos sertões." (SKIDMORE, 1976, p.176). Já o presidente da instituição, Frederico Steidel, falou, em tom alarmista e amargo, na tirania dos chefes políticos locais, aos quais os eleitores não desejavam mais se submeter.

A LN desenvolvia a concepção, segundo Skidmore, de que o atraso social, político e econômico do Brasil e dos brasileiros não tinha como matriz a exclusão social, mas sim a corrupção eleitoral e a ineficiência das administrações públicas. Desse modo, o nosso atraso (baixo nível de educação e saúde, por exemplo) era fruto da incompetência dos nossos administradores e da falta de vontade política dos nossos governantes. No caso exclusivamente de São Paulo, essas administrações eram personificadas nos governantes do PRP. Tal idéia agradava, em muito, ao corpo profissional d'OESP, principal opositor aos perrepeistas. (SKIDMORE, 1976, p.170-177).

Vale salientar que a LN concebia a corrupção eleitoral ou a transformação do voto em moeda de troca como uma das grandes pragas da República. No período eleitoral, era absolutamente normal os chefes políticos locais e seus cabos eleitorais saírem em *tournee* pelo

interior carregados de presentes para os votantes tais como botinas para os homens, vestidos de chita para as mulheres, roupas e brinquedos para as crianças e envelopes onde “...juntamente com a cédula do voto, havia outra de mil-réis” (QUEIROZ, 2004, p.160).

Dessa discussão faz-se necessária uma pergunta: Qual a participação de Amadeu Amaral na LN? O fato de ter sido civilista, poeta, fundador da Academia Paulista de Letras, funcionário d’ OESP, membro da ABL desde 1919 e cronista com participação nas revistas *A Cigarra* e *A Vida Moderna* terminaram por credenciar Amadeu Amaral a ocupar importantes cargos na LN. Dessa forma, Amaral foi representante no Conselho Deliberativo, presidente da Comissão de Defesa da Língua, conferencista da Comissão do Voto Secreto e candidato, em 1922, a deputado estadual. Segundo Duarte, foi na última comissão que nosso intelectual mais se destacou.

Em 1921, começou uma campanha em formato de conferências, fomentada pela LN, pela introdução do voto secreto, livre e universal no Brasil. A idéia dos membros da Liga era de que as conferências gerassem um clamor popular pela modificação do sistema eleitoral⁴. Na opinião dos membros da Liga, tal reformulação no sistema de votação diminuiria o poder dos coronéis perrepietas possibilitando, assim, a ascensão de grupos oposicionistas mais conectados com os novos tempos. A Comissão do Voto Secreto afirmava, então, que “Não existe, no Brasil, quem, conhecendo os nossos costumes brasileiros, não queixe amargamente desta clara, provadíssima, indiscutível verdade – que não há entre nós, eleições merecedoras do epíteto de livre” (AMARAL, 1976, p.65).

Dessa forma, Amaral escreveu e proferiu, em 1921 e 1922, quatro conferências intituladas de *A verdade do voto*, *O voto livre*, *Voto secreto n° 1* e *Voto secreto n° 2*. Infelizmente, apesar de intensos esforços, não foram encontrados registros dos lugares ou das datas – como dia e mês – dessas palestras. O dado concreto, em Duarte ou em Damante, foi o de que as conferências de Amaral eram proferidas, basicamente, em teatros e escolas da capital e repetidas em várias cidades do interior paulista. Essas foram, com certeza, o seu principal arsenal político na campanha para deputado estadual que viria a acontecer em fevereiro de 1922. (AMARAL, 1976, p.65).

Amadeu Amaral concorreu como candidato pelo Quarto Distrito Eleitoral de São Paulo que abrangia, na década de 1920, as seguintes cidades do oeste paulista, a saber: São Roque, São

⁴ Essas conferências políticas realizadas por Amaral devem ser vistas como um instrumento de mobilização das massas. Nesses termos é inédito o uso do formato de conferências em campanhas políticas, pois geralmente eram utilizadas para promover debates em torno de questões culturais.

José do Rio Preto, Porto Feliz, Monte Mor, São Sebastião da Gramma, Raffard e Capivari. E foi, nessa cidade, que iniciou sua campanha, pronunciando, no Teatro Municipal, uma de suas mais famosas conferências intitulada *O voto livre*. Diante de um teatro provavelmente lotado de capivarianos, proferiu, inicialmente, as seguintes palavras:

O ato material de comparecer à seção eleitoral e depositar uma cédula na urna, esse, sem dúvida, é livre (...) Ninguém agarra o eleitor para o forçar a pôr na urna uma determinada chapa, em vez de uma outra qualquer...O cidadão entra na sala por seu pé e por sua mão pega de um invólucro impresso, e o deita na fenda competente. 'Liberdade completa'. (AMARAL, 1976, p.65).

De acordo com Amaral, era uma falsa liberdade porque, na verdade, o que acontecia, repetidamente, desde os tempos do Império, era o seguinte: "...em grande número de casos, esse cidadão livre recebe uma cédula das mãos de um agente de certo candidato ou do próprio candidato, ou de um chefe político interessado na eleição" (AMARAL, 1976, p.66). Para o candidato Amaral, esse chefe político ou seu agente não praticavam fraudes eleitorais apenas sobre as pessoas ignorantes ou incultas, como imaginavam muitos intelectuais do período. Segundo Amaral isso também ocorria:

Com grande número de cidadãos que se prezam de espertos e sabidos. Estes poderão trazer de casa o seu título de eleitor, caprichosamente encadernado numa carteirinha de morroquim com barrete frígio agarrado a ouro na parte de fora, mas, apesar desse aparato inútil, a sua liberdade de escolha não vale muito mais que a do cidadão atrasado e ignorante que simplifica logo as coisas, recebendo seu título, com a cédula que tem de depositar na urna, das mãos do seu capataz. (AMARAL, 1976, p. 66).

Dessa maneira, o candidato entendia que a fraude eleitoral era tão intensa que equivalia à completa "...nulidade do regime. O regime democrático funda-se na soberania do povo. A vontade do povo, porém, regularmente, só se pode manifestar pelo voto. Se o voto livre não existe, não existe democracia" (AMARAL, 1976, p.67). Qual seria, então, o remédio?, perguntava ao público Amadeu Amaral. O remédio seria a aplicação do voto livre e secreto, além de cadeia aos candidatos que comprassem o voto dos eleitores, isto é,

Basta que se proíba terminantemente, sob pena de cadeia, a distribuição de cédulas dentro das seções eleitorais e nas suas imediações, e se introduza o eleitor, completamente só, num compartimento distante da urna, a fim de escolher ou preparar a sua cédula como bem entender (AMARAL, 1976, p.71).

Dirigindo-se ao público que o ouvia, Amaral considerava vergonhoso o baixo número de brasileiros votantes. Em São Paulo, o mais poderoso Estado da República, existia cerca de quatro milhões e meio de habitantes, no final da década de 1910, mas apenas estavam aptos a votar

cento e sessenta mil pessoas, ou seja, cerca de 3.5% do total de paulistas. Nesse aspecto, o nosso candidato informa uma outra dose do remédio: a aplicação do voto livre e secreto em um contexto universal, isto é, com elevado índice de cidadãos votantes. Explicando melhor:

O voto secreto com eleitores reduzidos como os nossos terá sempre a virtude de melhorar a situação, mas muito lentamente (...) com eleitores numerosos a fraude se torna praticamente impossível, salvo raras exceções não só porque a fiscalização aumenta com o número de interessados como também porque não é nada simples fazer químicas jogando com grandes quantidades de nomes e grandes parcelas numéricas (AMARAL, 1976, p.72).

A plataforma eleitoral dessa sua campanha política era calçada em uma concepção defendida pela própria LN que se propunha combater a abstenção eleitoral, bem como todas as fraudes que corrompem e viciam o exercício do voto. Amadeu Amaral, na realidade, seguia os preceitos da Liga a qual defendia a tese de que “Da luta contra a aristocracia dos que sabem ler e escrever passa a batalha contra o analfabetismo, pois é de todos sabido que este no Brasil oferece condições desoladoras, que a vontade nacional se substitui pela vontade de uma minoria que fala, vota e determina” (NAGLE, 2004, p.263).

Segundo Duarte, essa campanha atraiu a ira dos chefes políticos perrepostas do oeste paulista. Membros do PRP do Quarto Distrito ficaram incomodados, como, por exemplo, o Major Pires de Campos, figura política essa que defende a escolha de Júlio Prestes, discípulo do então governador Washington Luís, como o adversário de Amadeu Amaral. Não é conhecido o quantitativo de votos que cada um dos candidatos recebeu das urnas, mas sabe-se que o perrepostista terminou por se eleger deputado estadual e o representante do Quarto Distrito na Câmara dos Deputados de São Paulo acabou sendo Prestes e não Amaral (AMARAL, 1976, p.171-179).

Algumas linhas atrás foi mostrado que Amadeu Amaral defendia mudanças no voto. Nesse aspecto, cabe realizarmos uma rápida pergunta: O que significava voto universal para Amaral? Significaria estender o direito do voto a toda a população brasileira? Amaral não responde diretamente o questionamento, mas outras duas conferências suas dão pistas para encontrarmos uma resposta satisfatória. As conferências seriam *A verdade do voto* e *O voto secreto n° 1*.

Em *A verdade do voto*, trabalho de vulgarização feito por incumbência da LN e por esta mandado distribuir em folhetos, Amaral esclarece que mais importante do que universalizar o voto é, antes, garantir a possibilidade de ele ser praticado de maneira sigilosa. Dessa maneira, se

lhe fosse permitido escolher entre voto secreto e voto universal, Amaral ficaria com a primeira opção, porque

Voto secreto e censo alto são duas questões diferentes: Sejam quais forem a extensão, o sentido e o alcance, a forma de um sistema eleitoral, esse sistema há de ser livre e honesto, antes de tudo. As eleições só podem ser livres e honestas com sólidas garantias de sigilo do voto (AMARAL, 1976, p. 82).

Nitidamente se percebe que o direito à universalidade do voto defendido pelo candidato a deputado estadual na conferência *O voto livre* significava trazer para a votação aquele eleitor já apto a votar, mas que não comparecia às urnas porque sabia que no fim sempre ganhava o candidato perrepista. Amadeu desenha melhor essa idéia quando em um discurso proferido em sessão do Conselho Deliberativo da LN, em 30 de novembro de 1922, afirma:

Na verdade, já vivemos em pleno regime de abstenção. A gente mais esclarecida fuge das urnas (...) a gente se acha, de que é tolice ter o trabalho de ir depositar um voto na urna, tendo-se a certeza prévia de que noventa vezes cem esse voto não será apurado, se for um voto discrepante (...) A gente que comparece, em sua grande maioria, vai exercendo apenas uma forma de abstenção ativa: na realidade, não vota, finge votar (AMARAL, 1976, p.111).

Para Amadeu Amaral, a maneira mais eficiente de combater a abstenção daquela “gente mais esclarecida” era aplicar imediatamente o voto secreto, pois ele diminuiria o abstencionismo. Na verdade, o voto secreto era importante, segundo Amaral, por dois motivos:

Primeiro porque os cidadãos timorados terão certeza de não sofrer coação nem ameaça, e, segundo, porque os cidadãos independentes terão a certeza de que, numa eleição livre, o seu voto valerá alguma coisa, será uma unidade efetiva. O melhor meio de combater a abstenção é fazer eleições sérias (...) Tanto mais rapidamente cessará a abstenção, quanto é indiscutível que há de aparecer uma forte e contínua propaganda em favor do voto. Todos os candidatos e todos os partidos serão propagandistas do voto e incitarão o eleitor a ir as urnas (AMARAL, 1976, p. 80-81).

Desse modo, mudar o voto de aberto para secreto e livre também ajudaria em uma “...elevação do nível da cultura popular, pelo contato com os homens ilustrados, pela contínua irrigação de idéias no seio das massas, pelo esclarecimento constante dos princípios morais e políticos, hoje completamente obliterados” (AMARAL, 1976, p.81).

Em janeiro de 1923, Amaral pediu transferência para a sucursal d’OESP na capital federal. Pode-se pensar que a razão dessa mudança de cidade teria sido a derrota eleitoral para Júlio Prestes. Mas, segundo Paulo Duarte, o poeta saiu de São Paulo porque, ao longo do mês de dezembro de 1922, Amaral havia realizado – com grande repercussão na imprensa – uma

aguerrida campanha na qual denunciava fraudes eleitorais patrocinadas por lideranças perrepistas do Quarto Distrito nas eleições para os cargos de juiz de paz e vereador (DUARTE, 1948, p.16).

Durante os dias 22 e 30 de dezembro de 1922, Amadeu Amaral publicou sete artigos no jornal OESP, todos intitulados *Os fatos de Capivari*. Ali descreveu, minuciosamente, como o chefe do PRP da cidade de Capivari (Major Pires de Campos), o subdelegado local (Jonas Pires de Campos), o escrivão de polícia (Cícero Stein), um tenente da Força Pública (Gordiano Pereira) e um delegado-auxiliar (Bandeira de Mello) enviado pelo governador Washington Luís fraudaram as eleições na cidade de Capivari. Amaral acusou todos esses homens, inclusive citando-os nominalmente, de terem usado e abusado da violência para inverter o resultado das urnas em favor de políticos perrepistas e, também, apontou o governo estadual de conveniência no crime eleitoral.

Diferentemente de sua campanha política a deputado estadual, realizada em fevereiro de 1922, a série de denúncias de Amaral tem ampla documentação escrita. Os sete artigos publicados n'OESP mostram, detalhadamente, como Amadeu Amaral conseguiu realizar uma eficaz investigação jornalística. O nosso intelectual, nesses artigos, nos fornece nomes, datas e descreve cenas que nos ajudam a visualizar como eram praticadas as fraudes eleitorais na Primeira República (AMARAL, 1976, p.181-201).

Nessa época, as eleições não tinham datas certas e as votações podiam ocorrer em meses separados com um espaço considerável. Sabe-se que, em 1922, foi renovada parte da Câmara dos Deputados de São Paulo com eleições no primeiro semestre. Infelizmente não foi possível descobrir com exatidão a data. Contudo, em relação às eleições municipais, sabe-se que em algumas cidades do Estado o dia da votação estava marcado para 14 de dezembro.

O município de Capivari, nos conta Amaral, era um dos poucos de São Paulo que não era controlado pelos membros do PRP. A cidade em questão estava sob a administração de uma agremiação política local chamada de Partido Democrata. Nesse sentido, é preciso abrir dois pequenos parênteses. Em primeiro lugar, na Primeira República era permitida a existência de partidos políticos de alcance local. E, em segundo lugar, não se deve confundir o Partido Democrata de Capivari com o Partido Democrático, de alcance estadual e que só seria criado em 1926.

Esse cenário político mantinha a cidade do interior paulista, curiosamente, na seguinte cena política: a situação local era oposição estadual e a situação estadual era oposição local.

Informa Amadeu Amaral que tanto os democratas como os perrepistas davam como certa a vitória dos primeiros. O que manteria, certamente, Capivari sob o controle da oposição ao PRP.

Mesmo com toda essa mobilização pela mídia impressa recebendo cartas, uma delas com mais de sessenta e cinco assinaturas, publicando sete artigos e chegando a acusar, nominalmente, autoridades civis e policiais do PRP, da Força Pública e do Governo do Estado, as eleições de Capivari, obviamente, não foram anuladas. A cidade do coração de Amadeu Amaral, portanto, caiu nas mãos de seu maior adversário político: o PRP.

Esta série de denúncias deve ser observada como uma continuidade de sua campanha política baseada na defesa do voto secreto, livre e “universal”. Nesse aspecto, a cidade de Capivari e seus fatos foram mostrados por Amaral, em seus sete artigos n’OESP, como um exemplo ou uma prova concreta do quanto era necessário e urgente o voto secreto e o aumento do número de votantes “esclarecidos”.

Interessante que, apesar do jogo pesado de seus adversários perrepistas (fraudes eleitorais, violência policial e inquéritos policiais manipulados etc), Amadeu Amaral sempre procurou lutar no espaço político formal, isto é, sua crítica não estoura os limites do universo da “alta política”. Tanto que ele esclarece que sua luta se dará da seguinte maneira: “Há uma força organizada que se opõe a nosso objetivo? All Right! Organizemos, de nosso lado, com paciência e alegria, a nossa força, e vejamos quem vence” (AMARAL, 1976, p.106).

Amadeu Amaral acreditava, veementemente, que não é a hora de transformar a luta em prol do voto secreto em algo parecido “... com revoltas de escravos, ou com encontros de capoeiras: são brutais e ferozes, envenenadas e degradantes. Não parecem torneios leais de homens livres” (AMARAL, 1976, p.107). Além de demonstrar sua visão preconceituosa sobre as lutas dos escravos pela sua libertação, essa passagem visualiza que a luta por mudanças na sociedade, para Amaral, dar-se-ia pela negociação e não pelo conflito.

O resultado dessa série de denúncias será, conforme dito páginas atrás, a ida de Amaral, a sua esposa e seus quatro filhos para a cidade do Rio de Janeiro, como correspondente do jornal OESP. Duarte não escreve esse episódio, literalmente, mas insinua que esta saída de São Paulo foi aconselhada por amigos como uma maneira de afastar-se de eventuais problemas. Nesse ponto, só nos é permitido especulações: estaria Amaral com medo de ser demitido, com medo de ser perseguido, ou pior, apavorado com a possibilidade de ser assassinado? O fato é que ele

viveria três anos na então capital federal. Na capital federal estava a ABL. A relação entre nosso intelectual e a Academia será, com isso, alvo das discussões a seguir.

(Re)construindo uma memória

Amadeu Amaral chegou à cidade do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1923, três semanas após ter encerrado a campanha de denúncias contra as fraudes eleitorais em Capivari. Duarte informa que, após uma rápida passagem pelo jornal *Gazeta de Notícias*, Amaral só não estava desempregado devido a receber salário como correspondente d'OESP e, também, porque conseguiu empregar-se como diretor no Departamento de Serviço do Imposto sobre a Renda (DSIR), (DUARTE, 1948, p.18).

O amigo e posterior biógrafo, Paulo Duarte, nos explica que durante o ano de 1924 Amaral se dedicou a duas atividades: trabalhar no DSIR e participar ativamente dos imortais debates da ABL. Passou a frequentar regularmente sua sede, onde, segundo seus biógrafos, teve a maior decepção da sua vida ao “...constatar que a Academia não passava de uma chave-mestra da pequena vaidade, ingresso permanente para a estéril agitação mundana e recepções oficiais”(DUARTE, 1948, p.36).

João Rodrigues demonstra, em um excelente livro, que desde 1912 e 1913, a ABL vinha adotando uma linha política de aceitar em seus quadros “... personalidades proeminentes na sociedade em outras áreas que não as relativas às letras, tal qual fazia a Academia Francesa” (RODRIGUES, 2001, p.151). João Rodrigues compreende que isso significou uma derrota do grupo, outrora liderado pelos imortais – já falecidos – Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Joaquim Nabuco.

Amadeu Amaral teve a “maior decepção de sua vida”, porque desde os debates pela fundação de uma Academia Paulista de Letras (APL), nos idos de 1907-1909, ele mostrava ser favorável ao projeto machadiano de uma academia formada, em sua essência, por homens de letras. A briga que Amaral teve com o idealizador da academia paulista, Joaquim José de Carvalho, corrobora essa tese. Amaral queria uma instituição de literatos e J.J. de Carvalho uma academia com as grandes personalidades paulistas da política, da medicina, da burocracia e, se sobrassem vagas, das letras (FERREIRA, 2002, p.237-239).

Apesar de Amaral ter presidido a APL por dez anos (1919-1929), a proposta vencedora, já na fundação, foi de J.J. de Carvalho. Tanto que, do ponto de vista social, seus fundadores eram na maioria senadores, deputados, vereadores, juizes, promotores, fazendeiros e diretores de autarquias públicas paulistas. A análise da produção dos membros fundadores mostra que eram escritores de fato apenas cinco sócios: Cláudio de Souza, Antônio de Oliveira, Gomes Cardim, Valdomiro Silveira e o próprio Amadeu Amaral. (FERREIRA, 2002, p.238).

Apesar disso, mesmo estando, obviamente, decepcionado com os rumos da ABL, propõe, em maio de 1925, aos imortais que estes “...ampliassem as suas atividades para o campo do folclore”(AMARAL, 1948, p.23). Nitidamente, percebe-se que a idéia de Amaral era dar um rumo à ABL, pois acreditava estar perdida ou desvirtuada de seu projeto inicial. Além de que desejava assumir uma posição de mando naquela instituição. A proposta foi recusada e, diante dessa decisão, Amaral retira o projeto. E alfinetou os companheiros ao dizer que não seria nada demais se os imortais tomassem “...o encargo de intensificar os estudos de folclore no Brasil como através da publicação de um boletim mensal de folclore” (AMARAL, 1948, p. 28).

A partir desse momento, nota-se uma transformação ou adaptação na estratégia de luta de Amaral. O fracasso da campanha por reformas eleitorais proposto pela LN, a derrota eleitoral para o cargo de deputado estadual, as fraudes eleitorais em Capivari e os rumos da ABL nos fornecem elementos para pensar que Amaral passou a compreender que a derrocada do PRP e de tudo aquilo que ele representava para nosso poeta (fraude, atraso, corrupção...) poderia ocorrer através de uma transformação naquilo que Amaral chamava de “costumes populares”.

Observa-se que Amaral, cujas pesquisas folclóricas realizava sistematicamente desde meados de 1918, acreditava que a “ciência” folclore aliada a políticas públicas de saúde e educação poderiam transformar aqueles costumes. De fato, segundo Amaral, o folclore, através do estudo da literatura oral, das poesias populares, das cantorias populares, permite acesso aos “...costumes das populações rurais (...) que são a infra-estrutura da nacionalidade” (AMARAL, 1948, p.119). Contudo, Amaral acreditava que para realizar tal tarefa seria necessária uma instituição que centralizasse a organização. Por isso, apresentou a proposta aos imortais da ABL. Na verdade, para Amaral, se a Academia conseguisse organizar o folclore e os folcloristas em torno de um ideal comum, acabaria dando:

Um passo, um passo largo e definitivo para o **conhecimento exato da nossa gente**, principalmente se à literatura oral juntássemos a música, as danças e as festas, os cerimoniais, todas as práticas costumárias, as artes decorativas, todas as artes no seu sentido mais geral (AMARAL, 1948, p.120). [grifo meu].

Cada vez mais se visualiza o fato de que o folclore tinha uma função auxiliadora que era desnudar os costumes populares. Isso ajudaria na execução de seu projeto político que era, justamente, o de derrotar os perrepiristas. Percebe-se, então, que o folclore para Amaral mostra – este é o termo – os costumes populares. Sendo assim, com base nesse desnudamento da realidade, os intelectuais, os médicos e os educadores poderiam intervir com o saneamento e a educação, melhorando os costumes considerados ruins. Estes hábitos nocivos seriam, por exemplo, o de aceitar passivamente as fraudes eleitorais.

Duarte explica que, amargurado com a ABL, Amaral resolve transferir seu emprego na DSIR para São Paulo. Porém:

O situacionismo não lhe perdoava a ousadia de haver disputado uma cadeira de deputado estadual, em 1922, não lhe perdoava a acirradíssima campanha pelo voto secreto e, principalmente, artigos e conferências que escrevera e fizera até então: não lhe perdoara a atividade no jornal O Estado de S. Paulo (DUARTE, 1948, p. 28).

A consequência do pedido de remoção foi a negação da transferência para terras paulistas. É bem verdade que, caso desejasse se transferir, o comunicado era que só haveria disponibilidade de vaga para a Bahia e o Rio Grande do Sul. A réplica de Amaral foi demitir-se da DSIR, voltar para São Paulo e reassumir o cargo de redator n'OESP.

Em janeiro 1926, após exatos três anos na capital federal, nosso poeta está de volta a São Paulo e, com o grupo Estadinho, propõe a criação de uma instituição de pesquisa folclórica chamada de Sociedade Demológica (SD), considerada de suma importância porque “...o folclore exige uma vasta colaboração de todos os pontos do país (...); por isso mesmo necessita de um órgão de expressão comum, benévolo, acolhedor” (AMARAL, 1948, p.52). O argumento que sustenta a criação da *Sociedade* demonstra que Amaral entendia que o folclore exigia um esforço coletivo, pois a SD apresentou como programa “... a criação de um Museu do folclore (...), a organização de uma biblioteca especializada e, finalmente, o aliciamento (...) de correspondentes” (CARNEIRO, 1962, p.51).

É claro que a proposta e o programa da SD eram criar uma infra-estrutura para a pesquisa folclórica e formar profissionais do folclore para desenvolver o contato entre as mais variadas regiões do Brasil. Esses profissionais e contatos permitiriam o surgimento de novas organizações que desenvolveriam políticas que iriam favorecer o segmento social e intelectual ao qual Amadeu Amaral estava alinhado.

A luta em prol do reconhecimento do folclore e as propostas e tentativas de criação de uma instituição central (a Sociedade Demológica), de um Museu do Folclore, de um Boletim do Folclore foram aplaudidas nas décadas de 1950 e 1960 como sábias pelos folcloristas da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB). Isso levará a CDFB a prestar uma série de homenagens a Amaral. A primeira foi dar à biblioteca da Campanha o nome de Amadeu Amaral, a segunda foi criar os Boletins de Folclore e a terceira foi organizar os “...Arquivos de Folclore, reunindo cópia de todos os dados já coletados, com um corpo de correspondentes mais ou menos como o proposto em 1925 por Amadeu Amaral” (CARNEIRO, 1962, p.62).

Estas homenagens, porém, acabam por distorcer a visão que Amaral tinha do folclore. Elas esvaziaram o conteúdo reformista e politizado⁵ do folclore *amaralino*. O maior folclorista nacional, Luís da Câmara Cascudo, fundador da Sociedade Brasileira de Folclore e membro da CDFB, é um exemplo. Câmara Cascudo, no verbete do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, até descreve bem a vida de Amaral, isto é, informa sobre os jornais e revistas que trabalhou, os livros de poesia e folclore que publicou, as academias de letras de que participou, mas, não se refere às disputas políticas. De acordo com o potiguar Cascudo, o paulista Amaral “... foi um grande animador dos estudos de folclore na acepção científica, tentando organizar a fundação de institutos e associações para a pesquisa sistemática, classificação, confrontos e etc” (CASCUDO, 1979, p 44) e nada mais.

Por que os folcloristas separaram o Amadeu Amaral político do Amadeu Amaral pesquisador do folclore? Não seriam, na verdade, a mesma pessoa? Em absolutamente nenhum momento os folcloristas das décadas de 1950 e 1960 mencionam as campanhas políticas de Amadeu Amaral, que vinculava luta política com pesquisa folclórica. A resposta? Nas linhas seguintes.

Escrevendo após o fim do Estado Novo, tanto Paulo Duarte (livro de 1948) quanto Hélio Damante (livro de 1949) procuraram resgatar as lutas políticas de Amadeu Amaral. Dessa maneira, ambos realçam a sua incorruptibilidade, a defesa pela “democracia”, pelo voto secreto, livre e “universal” feitas por Amaral. Contudo, paradoxalmente, descrevem as campanhas políticas deslocadas das propostas, ou melhor, da finalidade que Amaral dava ao folclore. Os dois biógrafos acabaram separando o político do folclorista. Mas por que razões fizeram isso? A resposta está na compreensão do momento histórico em que escreveram ou mais precisamente no

⁵ Politizado no sentido de que o folclore seria um instrumento que permitiria a derrota de um grupo político rival.

posicionamento de Duarte sobre a ditadura estadonovista e no significado que o folclore vai adquirir no pós-1945.

Paulo Duarte foi, durante a Era Vargas (1930-1945), preso e expulso do país duas vezes e admitia abertamente odiar a época do Estado Novo. Duarte expressa maravilhosamente bem sua opinião sobre os anos Vargas nos livros *Palmares pelo avesso* (1947) e em *O espírito das catedrais* (1958). No primeiro livro conta a história da Revolta Constitucionalista de 1932 através de sua própria atuação, onde afirma que foram os paulistas os primeiros a enfrentar a “tirania de Getúlio Vargas”. Segundo Duarte, este seu livro foi escrito para lembrar

O mais belo capítulo da história de São Paulo, neste século que já vai descambando para a segunda metade. Principalmente porque, ao que parece, os paulistas estão muito deslembrados dele. Como esquecidos se mostram dos sentimentos que o inspiraram (DUARTE, 1947, p.8).

Já no outro livro, Duarte narra como foi sua saga no segundo exílio (1938-1945) na Europa e nos EUA. Nesse livro, o autor nos brinda – em diversas passagens – sobre o que pensa acerca do Brasil estadonovista. Um exemplo citado pelo jornalista Paulo Duarte seria “...a democracia não morreu, mas é inegável que esteja doente, doente talvez pelo desequilíbrio que Bérghson já precisou entre o excessivo avanço material atingido pelo homem, sem o adiantamento moral correspondente” (DUARTE, 1958, p.29). Após esse comentário, acrescenta que um erro comum às ditaduras, especialmente a brasileira, seria “...a asfixia da inteligência que está para a nossa condição como está o instinto para o inseto, sem o qual não poderá este existir” (DUARTE, 1958, p.29). Logo, para Duarte, aquele tempo foi uma época onde as liberdades estavam cerceadas. Em suma, um período de falta de compreensão e tolerância.

No período pós-Estado Novo, a preocupação com folclore pode ser medida pela atuação da Unesco que o concebia como um instrumento que gerava compreensão e tolerância entre os povos (VILHENA, 1997, p.75-94). Por isso, Duarte e Damante tentam transformar Amaral em um precursor dos estudos folclóricos no Brasil. Ser um pioneiro do folclore, nesse caso, era algo positivo já que era dotar um homem de valores pacíficos e humanitários. Era, de fato, contrapor Amaral a um período onde imperava no Brasil a ditadura do Estado Novo.

Ocorre que na ânsia de chegar a esse objetivo, acabou-se por separar folclore de política e por transformar o folclore de Amaral em algo mais neutro e cientificizado. Demonstrando, com isso, que o interesse de Amaral era institucionalizá-lo como ciência acadêmica, o que é meia verdade. Duarte, por exemplo, categoricamente afirma: “Foi Amadeu quem primeiro analisou no

Brasil, com objetividade realmente científica, a poesia popular” (DUARTE, 1948, p.29). Nesse aspecto, ambos os biógrafos tiveram sucesso, pois as homenagens pós-morte tecidas sobre a vida e obra de Amaral ressaltam o caráter “precursor” das idéias de Amadeu Amaral em relação ao folclore e não sobre a política.

Por outro lado, acreditar que os folcloristas das décadas de 1950 e 1960, estruturados em torno da CNFL, depois substituída pela CDFB, leram passivamente as obras de Arantes, Duarte e Damante é ingenuidade. O apagamento do *folclore amaralino* também se deu porque os folcloristas da CDFB estavam preocupados, entre outras coisas, em transformar o folclore em uma ciência acadêmica pretensamente neutra e despolitizada. Portanto, a proposta de um folclore que mostrasse os costumes populares para depois transformá-los não era alvo de interesses. Luis Vilhena afirma que o objetivo da CDFB era preservar as manifestações folclóricas e não modificá-las (VILHENA, 1997, p.75-94).

Todavia, as propostas *amaralinas* de uma instituição central organizando os folcloristas era algo interessante. Nos discursos dos folcloristas da CDFB, é comum realçarem as aventuras de Amaral nas tentativas, sempre frustradas, de organizar museus, boletins informativos e arquivos. Esses mecanismos eram fundamentais para profissionais que anseiam o “congelamento” ou o “salvamento” de manifestações populares consideradas em vias de extinção. Mas isso é assunto para um outro artigo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Amadeu. **Tradições Populares**. São Paulo: Progresso, 1948.

_____. **Política Humana**. São Paulo: Hucitec, 1976.

AZEREDO, Carlos Magalhães de. **Discurso pronunciado na Academia Brasileira em resposta ao de Amadeu Amaral**. São Paulo: Seção de Obras d' O Estado de S. Paulo, 1920.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

CARNEIRO, Edson. **A evolução dos estudos de folclore no Brasil**; Rio de Janeiro: CDFB; Revista Brasileira de Folclore; 2(3): 47-62, 1962.

DAMANTE, Hélio. **Perfil de Amadeu Amaral**. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal, 1949.

DUARTE, Paulo. **Palmares pelo avesso**. São Paulo: Instituto Progresso Editora, 1947.

_____. **Amadeu Amaral**. São Paulo: Progresso, 1948.

_____. **O espírito das catedrais**. São Paulo: Anhambi, 1958.

FALÇÃO, Rubens; **Um folclorista esquecido**. Rio de Janeiro: Tipografia Batista, 1977.

FERREIRA, Antônio Celso de. **Epopéia Bandeirante**. São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Leonardo da Costa; **Memória, política e folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

LOVE, Joseph; Autonomia e interdependência: SP e a Federação Brasileira 1889-1930. In. **História Geral da Civilização Brasileira**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo 3; volume 1, 2004, p. 53-76.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In. **História Geral da Civilização Brasileira**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo 3, volume 2, 2004. p. 259-291.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In. **História Geral da Civilização Brasileira**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo 3, volume 1, 2004, p.153-190.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza; **A dança das cadeiras: Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2001.

SKIDMORE, Thomaz. **O preto no branco.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão:** O movimento folclórico brasileiro entre 1947-1964. Rio de Janeiro: FGV, 1997.